



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024

072/

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2024

Torna-se público que o **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI**, com endereço na Praça Cel. Justiniano, nº 164, Centro - Cambuí - MG, CNPJ 43.863.467/0001-78, torna público, para conhecimento dos interessados em geral, que na Sala de Sessões de Licitações, situada da Prefeitura Municipal de Consolação situada a Rua Ananias Cândido, 95 – Centro – Consolação – MG, será realizada licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para Fornecimento e Implantação de Projetos e Equipamentos Digitais e Softwares Educacionais para atender aos alunos e professores das Escolas Municipais, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTES**, visando eventuais contratações futuras do objeto indicado, de forma parcelada, para atender as necessidades dos municípios integrantes do CIMESMI, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

073/

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. Justifica-se a proibição de participação de consórcio de empresas, tendo em vista o risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo das licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Além do mais, o objeto do presente chamamento público é considerado comum, sendo perfeitamente executados por empresas do ramo.

3.14. Justifica-se a proibição de participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição tendo em vista que, conforme a Lei 9.790/90, o vínculo entre a OSCIP e o Poder Público se dá por meio de Termo de Parceria, não se admitindo o vínculo entre o Poder Público e OSCIP's por meio de contratos comerciais, como se estas instituições fossem uma modalidade de empresa ou sociedade comercial.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior,

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital. 076/

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

077

- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso. 078/

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. valor unitário, (conforme o caso); total do item e total geral.
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar as quantidades de planilha;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

079/

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. 080/
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 2 (dois) minutos*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. 081

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

082/

- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;

083

- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo*
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

085/

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- 7.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas]; 086/
- 7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
 - 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,

equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei. 087

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. 089
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia devidamente autenticada.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www//https.cimesmi.mg.gov.br](http://www.https.cimesmi.mg.gov.br)

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

095,

- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **3 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

097

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: e-mail: administrativo@cimesmi.mg.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à Impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro. 098/
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: cimesmi.mg.gov.br;
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Consolação, 15 de maio de 2024

ROGILSON APARECIDO MARQUES NOGUEIRA
Presidente do Consórcio CIMESMI e Prefeito Municipal de Consolação

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024**

099/

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas – **CIMESMI**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 43.863.467/0001-78, com endereço situado na Praça Cel. Justiniano, nº 164, centro - Cambuí – MG – CEP: 37.600-000, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Rogilson Aparecido Marques Nogueira CPF no. 038.236.536-44, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CONTRATADA: (nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu xxxxxxxx, xxxxxx, nacionalidade, estado civil, Portador da Carteira de Identidade nº xxxxxx, expedida pela x/xx, CPF nº xxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

EMBASAMENTO: Processo nº 02/2024 - Pregão Eletrônico nº 02/2024 e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, ficam contratadas mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

1 – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para Fornecimento e Implantação de Projetos e Equipamentos Digitais e Softwares Educacionais para atender aos alunos e professores das Escolas Municipais, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, de forma parcelada, para atender as necessidades dos municípios integrantes do CIMESMI durante a vigência do registro de preços, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital e proposta comercial apresentada.

1.1.1. O instrumento editalício do processo licitatório supracitado, seus anexos e proposta comercial apresentada, são partes integrantes do presente instrumento como se aqui transcritos estivessem.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 - Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes do Processo;

2.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais atualizações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

2.3 - Recusar qualquer item fora das especificações estabelecidas no edital;

2.4 - Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas antes de cada pagamento;

2.5 - Rejeitar, no todo ou em parte, os itens executados, pela licitante vencedora, fora das especificações do edital;

2.6 - Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados nesta Ata;

2.7 - Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;

2.8 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;

2.9 - Comunicar à licitante vencedora as eventuais irregularidades observadas na execução dos itens para adoção das providências saneadoras;

2.10 - Fiscalizar a execução dos itens, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas na Proposta de Preços.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Dar cumprimento integral ao estabelecido no Edital, à sua proposta e à ata de registro de preços;

3.2 - Cumprir as disposições constantes no edital, bem como os prazos de entrega e as condições de recebimento;

3.3 - Dar garantia para os itens, sem ônus para ao Consórcio e/ou Municípios consorciados, conforme Código de Defesa do Consumidor;

3.4 - Substituir o item que se encontra com vício, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da notificação, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, observando, fielmente, a conformidade de suas características como as previstas no Modelo de Planilha para Proposta Comercial;

3.5 - Responder por todos os ônus referentes a entrega, desde o transporte, locomoção, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e salários dos seus empregados;

3.6 - Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou da Prefeitura, em razão de acidentes, ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa de seus empregados;

3.7 - Indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar as entregas sob sua responsabilidade.

3.8 - Prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do objeto.

3.9 - Observar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

4 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

4.1 – A área competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será o Setor responsável de cada Município Consorciado, observados os artigos 67 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2 - A empresa contratada para fornecimento do objeto do presente edital se obriga à:

4.2.1 - Executá-lo, em conformidade com o edital, entregando o material solicitado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após emissão da ordem de fornecimento;

4.2.2 - Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução do objeto, que não terão qualquer vínculo empregatício com a Licitadora;

4.2.3 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da entrega do material, objeto deste instrumento;

4.2.4 - Garantir a qualidade dos produtos entregues, contra defeitos de fabricação, durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data da Nota fiscal de entrega dos pneus.

4.3 – A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da entrega do material, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

4.4 – O CIMESMI e/ou Municípios consorciados reservam-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento convocatório, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório e nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5 – É obrigatória a apresentação de Nota Fiscal pelo fornecedor no ato da entrega do objeto desta licitação junto ao almoxarifado do Município Consorciado, sob pena de não recebimento.

5 - DO PREÇO

5.1. Pela execução do objeto previsto na cláusula primeira desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global estimada de R\$

000,00 (valor por extenso), observado os valores unitários, conforme tabela abaixo e Proposta Comercial do Processo licitatório à epígrafe: 302/

ITEM	QTD.	UNID	COD.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01							
Valor Total por Lote				R\$:			
Valor por Extenso				()			

6 -DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do Inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.11 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.3.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

104,

6.3.1 O remanejamento somente poderá ser feito:

- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3.2 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.3.3 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.3.4 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.3.5 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

6.4 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.4.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- Não aceitar manter seu preço registrado, ou
- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.4.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. JOS,

6.4.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7 - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pelo Município Consorciado, mediante apresentação das Notas Fiscais ou Faturas dos materiais entregues, devidamente atestados pelo responsável da Unidade recebedora, através de boleto bancário ou depósito em conta corrente da contratada.

7.2. A licitadora disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;

7.3. A licitadora disporá de até 10 (dez) dias contados do atesto da respectiva nota fiscal/fatura para efetuar o (s) pagamento (s);

7.4. A licitadora não fará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada à multa que porventura lhe tenha sido aplicada;

7.5. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Município Consorciado, CNPJ, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

7.6. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do Município Consorciado, que somente atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

7.7. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município Consorciado

e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CIMESMI/Município Consorciado. 106,

Parágrafo único - Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada Ordem de Fornecimento.

8 - DA DESPESA

8.1. A despesa total com a execução do objeto de que trata esta Ata está estimada em R\$ 000,00 (valor por extenso), correndo à conta dos recursos consignados na lei orçamentária específica para o exercício de 2024/2025:

9 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

9.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

9.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 O instrumento contratual de que trata o item 9.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa: 107 /

10.1.1. A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

10.1.2. Por iniciativa do CIMESMI/Município Consorciado, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

10.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o CIMESMI fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

11 – DA GARANTIA (CONFORME O CASO)

11.1. A garantia dos materiais, contra quaisquer defeitos identificados, será sem ônus para a Prefeitura, contada da data de recebimento definitivo.

11.2. A garantia do objeto consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará suspensa de participar em licitações no CIMESMI e no Município sancionador, bem como nos demais Municípios consorciados por até 2 (dois) anos e, se for o caso, declarado inidôneo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

12.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- 12.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução do objeto, sobre o valor do saldo contratual;

12.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

12.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

12.3 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

12.4 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de depósito bancário, ao Município sancionador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.

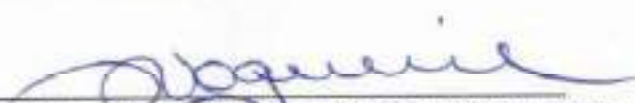
12.5 - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município sancionador em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei.

12.6 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido em qualquer hipótese o contraditório e a ampla defesa.

13 – DO FORO

13.1. É competente o Foro da Comarca de Cambuí - MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

13.2 - E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que o tudo assistiu.


ROGILSON APARECIDO MARQUES NOGUEIRA
Presidente do CIMESMI e Prefeito de Consolação

CONTRATADA:

Empresa:

Nome:

RG:

CPF:



109/

TESTEMUNHA:

Nome:

RG:

CPF:

TESTEMUNHA:

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

110/

Contrato nº ../2024

*CONTRATO PARA Fornecimento e Implantação de Projetos e Equipamentos Digitais e Softwares Educacionais para atender aos alunos e professores das Escolas Municipais, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI E A EMPRESA *****.*

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas – **CIMESMI**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 43.863.467/0001-78, com endereço situado na Praça Cel. Justiniano, nº 164, centro - Cambuí – MG – Cambuí – MG – CEP: 37.600-000, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Rogilson Aparecido Marques Nogueira CPF no. 038.236.536-44, doravante denominada Contratante e de outro lado a empresa *** neste ato representa por seu representante legal, ****, doravante denominada Contratada, que também este subscreve, resolvem firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.ª - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

1.1 Este contrato tem como objeto a contratação de empresa para *****, em conformidade com o processo licitatório n.º **/2024, na modalidade Pregão Presencial nº **/2024, do tipo menor preço, e Ata de Registro de Preços nº **/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais leis atinentes a matéria, cada qual naquilo que couber.

CLÁUSULA 2.ª - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

- Anexo I – Planilha orçamentária de custos;
- Anexo II – Ata de Registro de Preços;
- Anexo III – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA 3.ª - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 Os documentos supra mencionados são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão, e desta forma reger a execução do objeto contratado.

3.2 Todavia, para atender a seus interesses, a Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a realização da obra, especialmente por intermédio de *****, ou outro funcionário especialmente designado pelo representante da Contratante e, em havendo descumprimento poderá rescindir o respectivo contrato, nos termos dos artigos 115 à 123 da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 4.ª - PRAZOS

4.1 A execução do objeto ora contratado ocorrerá durante o período de **(***) dias/meses a contar da sua assinatura.

4.2 Em comprovado caso fortuito ou de força maior, a contratante poderá, a seu critério, dilatar o prazo supra.

4.3 Em se tratando de serviços e fornecimentos contínuos à que se refere o disposto no inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, este instrumento contratual poderá sofrer prorrogações sucessivas, nos termos e limites previstos no art. 107 da mesma lei supra citada.

CLÁUSULA 5.ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 Da Contratada:

- Executar os serviços e/ou fornecimentos de boa qualidade;
- Promover a entrega do fornecimento e/ou serviço obedecendo rigorosamente o prazo ajustado neste contrato, sob pena de rescisão contratual e conseqüente ressarcimento por perdas e danos;
- Responsabilizar-se civil e/ou penalmente por prejuízo ou dano causado no ato da execução da obra, aos seus funcionários ou a terceiros;
- Tomar todas as providências que se fizerem necessárias para o alcance do objeto deste contrato;
- Observar, rigorosamente, a qualidade dos materiais e serviços usados na execução do contrato;
- Aceitar, se houver interesse da Contratante, em alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, observados os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Garantir a solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, pelo prazo irredutível de cinco anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, quando for o caso.

5.2 Da Contratante:

- Assegurar livre acesso ao pessoal da Contratada, devidamente identificado, aos locais dos serviços;
- Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir eventuais irregularidades observadas facilmente;

- Quitar pontualmente as parcelas acordadas, salvo quando figurar a situação descrita nos itens 8.5, 8.6 e 8.7 da Cláusula 8ª. 112/

CLÁUSULA 6.ª - DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS

6.1 A Contratante não responderá por qualquer dívida trabalhista havida entre a Contratada e seus empregados.

6.2 Da mesma forma a Contratante não será subsidiária ou solidariamente dos créditos trabalhistas e vínculo empregatício, havidos entre a Contratada e seus empregados, conforme o Enunciado 331 do Colendo TST.

CLÁUSULA 7.ª - DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

7.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global em R\$ *****, para todos os efeitos legais e jurídicos.

7.2 O preço para a execução dos serviços e/ou fornecimento é o apresentado na Proposta da Contratada, devidamente aprovada pela Contratante.

CLÁUSULA 8.ª - FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Contratante, observada a Proposta Comercial apresentada.

8.2 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Contratante, por processo legal, observada a Proposta Comercial apresentada, em parcelas correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma físico financeiro, em até 15(quinze) dias contados da apresentação da Nota de Empenho e Nota(s) fiscal(is) correspondente(s) que será(ão) atestada(s) pelo Município.

8.3 Os pagamentos das parcelas dependerão de medições de acordo com a periodicidade fixada no cronograma físico-financeiro.

8.4 O pagamento relativo à última parcela deverá ser realizado após a conclusão e recebimento definitivo da obra, serviços e/ou fornecimento, atestado por servidor da Contratante.

8.5 No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma.

8.6 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.7 No caso da obra, serviço e/ou fornecimento não estar de acordo com as especificações técnicas e demais exigências fixadas neste contrato, a Contratante fica desde já, autorizada a reter o pagamento da parcela a vencer, até que se corrija a irregularidade. 113

8.8 Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 9.^a - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A despesa decorrente deste contrato correrá por conta da dotação orçamentária ***** , suplementada se necessário.

CLÁUSULA 10.^a - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

10.1 A Contratada não poderá transferir o presente contrato, ou todo ou em parte, para a execução do objeto licitado, sem o expresse consentimento da Contratante, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

CLÁUSULA 11.^a - DAS SANÇÕES E RESPONSABILIDADES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4 deixar de apresentar amostra;
 - b.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- f. fraudar a licitação

- 114
- g.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- g.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - g.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - g.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar e
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b.** as peculiaridades do caso concreto;
- c.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5 Para as infrações previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 11.1 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.6 Para as infrações previstas nas alíneas "e" à "i" do item 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. JJS/

11.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "e" à "i" do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 11.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "c" do item 11.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos e/ou servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. 116/

11.17 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

11.18 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15(quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.19 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.20 A Contratada é responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto deste Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.

11.21 Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratadas e a Contratante, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Contratada.

CLÁUSULA 12.^a - DA RESCISÃO

12.1 O contrato poderá ser rescindido independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação, Ata de Registro de Preços e Lei Federal nº 14.133/2021, bem como por falência, concordata, dissolução, insolvência da Contratada. E num destes casos, fica a Contratante isenta do pagamento de qualquer indenização.

12.2 Além das hipóteses previstas no Edital de Licitação, Ata de Registro de Preços e Lei Federal nº 14.133/2021, constituem causas de rescisão de contrato:

- Interromper a entrega do objeto contratado por qualquer prazo, sem motivo que justifique e sem autorização expressa e escrita da Contratante;
- Não satisfazer as exigências da Contratante com relação à qualidade dos serviços prestados;
- Se a contratada se conduzir dolosamente;

CLÁUSULA 13.^a - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A contratante reserva-se, ainda, no direito de recusar toda e qualquer mercadoria e/ou serviços que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados para utilização, por já terem o prazo de validade vencido ou por outro motivo relevante.

CLÁUSULA 14.^a - TOLERÂNCIA

117,
14.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA 15.ª - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Será efetuada a publicação do extrato deste contrato nos termos do art. *** da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA 16.ª - FORO

16.1 Elegem-se as partes contratantes o Foro da Comarca de Cambuí, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato, e 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Cambuí, ** de _____ de 2024.

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF N°

CPF N°



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

118/

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO Nº 022/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2024

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 14.133/21 e alterações, Lei 10.520/02 e Decreto 4.794-E/02

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para Fornecimento e Implantação de Projetos e Equipamentos Digitais e Softwares Educacionais para atender aos alunos e professores das Escolas Municipais, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTES, para eventuais contratações futuras do objeto indicado neste Termo de Referência, de forma parcelada, para atender as necessidades dos municípios integrantes do CIMESMI, conforme Termo de Referência – Anexo I.

JUSTIFICATIVA

Cada vez mais se faz presente as tecnologias interativas em sala de aula como forma de integração entre os alunos que têm a mesma possibilidade de acesso a essa tecnologia, não havendo distinção entre os mesmos, apresenta um mundo novo de possibilidades de exploração audiovisuais, trabalhos coletivos, socialização das crianças e também entregam aos docentes uma ferramenta de apoio pedagógico para que se possa ministrar aulas expositivas, dinâmicas e inovadoras. Dessa forma, a referida aquisição visa estabelecer uma infraestrutura que atenda diversas atividades voltadas a integrar tecnologia, conteúdo didático e oportunizar aos alunos o acesso à inclusão digital nos primeiros anos de aprendizado. Assim, a intenção é dar aos mesmos uma nova visão sobre o conhecimento,



alinhando as metodologias pedagógicas as melhores e atuais práticas de ensino aplicadas nos países desenvolvidos.

A rede municipal de ensino do **CIMESMI** possui um público estimado de 15.000 alunos. Sua estrutura é formada em média por 100 escolas que atendem à Educação Infantil e Ensino Fundamental séries Iniciais e Finais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O projeto prevê a implantação de ambientes de colaboração e interatividade em escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, que inclui a instalação de soluções avançadas de tecnologia educacional, treinamento e capacitação de professores e demais usuários, reforço periódico para fixação das habilidades dos usuários no uso dos equipamentos, suporte tecnológico ao projeto a que terá de ser proporcionado por técnico treinado e contratado pela empresa vencedora em regime de dedicação integral por um período mínimo de doze (12) meses, com o objetivo de assegurar o efetivo uso das soluções, manter e aperfeiçoar o nível de capacitação dos usuários, bem como garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos que compõem a solução tecnológica.

Faz-se necessária a aquisição dos equipamentos digitais para munir as unidades de ensino pois os recursos trazidos por elas deixam as aulas mais práticas, lúdicas e dinâmicas. Permitem também que os educadores ultrapassem as barreiras e explorem ao máximo o potencial da tecnologia no aprendizado, pois as mesmas motivam os estudantes em prol do aprendizado por conta da familiaridade que eles já possuem com o universo tecnológico. Também é necessário a capacitação dos professores para que eles possam estar preparados para utilizar este meio tecnológico durante suas aulas.

Justifica-se a aquisição através de "MENOR PREÇO POR LOTE" tendo em vista que os itens necessitam de compatibilidade entre si, ou seja, um fornecedor pode entregar um quadro que não seja compatível com o projetor de outro. Além disso, quando empresas diferentes fornecem os equipamentos, corremos um grande risco de recebermos em prazos muito distantes, comprometendo o cumprimento dos objetivos. Também enfatizamos que ao comprar com empresas diferentes nos deparamos com outro problema: a instalação individual de cada item, pois todos os itens estão ligados entre si e precisam ser instalados simultaneamente.



PRAZO DE ENTREGA

120/

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação, que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Nota de Empenho: Entrega: 30 (trinta) dias.

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: em 12 (doze) parcelas, para ocorrer cada uma no prazo de trinta dias, contados do período de liquidação do empenho.

LOCAL DE ENTREGA

O objeto desta contratação deverá ser entregue nas Secretarias Municipal de Educação, ou em local ainda a ser determinado pelo SETOR DEMANDANTE, constante na nota de empenho.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

JUSTIFICATIVA

As novas tecnologias mudaram a maneira como as pessoas se relacionam, aprendem e se envolvem na educação. A educação precisa aprender com as novas tecnologias. Precisamos de políticas públicas para criar e implementar propostas educacionais inovadoras neste novo contexto, onde as tecnologias de informação, comunicação, colaboração e

interação estão acessíveis à sociedade. Essas propostas visam não só adaptar a escola ao novo paradigma, mas também envolver educadores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Nos últimos anos, devido à Pandemia da COVID-19, observou-se uma significativa regressão no aprendizado em âmbito nacional, estadual e municipal. O período de isolamento forçado resultou em uma estagnação no processo educacional, onde os alunos foram obrigados a permanecer em casa, muitas vezes recebendo atividades que não foram realizadas devido à falta de orientação dos pais ou responsáveis sobre os conteúdos.

Em 2021, foi implementado o ensino híbrido, que combinava aulas presenciais com acessos remotos, permitindo que os professores ministrassem aulas nas escolas ou, na maioria das vezes, em suas residências. Contudo, essa abordagem mostrou-se pouco eficaz devido a diversos fatores, incluindo a falta de estrutura de internet, baixo conhecimento em ferramentas de conexão, equipamentos inadequados e a falta de estrutura em casa para alunos da rede pública acompanharem as aulas híbridas.

As salas de aulas não estão preparadas para enfrentar os desafios do mundo globalizado, onde as tecnologias da informação e da comunicação são muito importantes.

A rede municipal de ensino do CIMESMI abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental séries Iniciais e Finais, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O projeto propõe ambientes interativos e colaborativos em escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Isso significa instalar ferramentas de tecnologia educacional e treinar professores e outros profissionais da educação. O suporte tecnológico será fornecido por técnicos treinados pela empresa vencedora, em regime de dedicação integral por trinta e seis (36) meses. O objetivo é garantir a utilização das soluções, manter e aprimorar o nível de capacitação dos usuários e manter o funcionamento de todos os equipamentos.

A implementação do Projeto de Salas de Aulas Interativas nas escolas da Rede Municipal de Ensino permitirá: Inclusão Digital e Social dos alunos; Melhor integração entre aluno e professor; Estimular a curiosidade e novas descobertas; Acesso aos meios de comunicação; Mudanças nas concepções e atitudes em relação ao ensino-aprendizagem; Aumento da capacidade de aprendizado dos alunos através de múltiplas fontes de informação e

atividades; a valorização do papel dos educadores, incentivando o desenvolvimento de habilidades essenciais na era da informação; Mudanças nos aspectos físicos e organizacionais das instituições de ensino, tornando-as mais atraentes; Acesso a recursos tecnológicos, assegurando a igualdade de conhecimento na sociedade; e outras vantagens. A promoção de diversas formas de conhecimento, seja escolar, social ou cultural, não pode prescindir de recursos tecnológicos. Isso ajuda a Secretaria Municipal de Educação a criar coisas para melhorar as que já são feitas. O objetivo é preparar as pessoas para os desafios e necessidades da era digital. A tecnologia pode ajudar a melhorar a capacidade de pensar, criar novas habilidades e compartilhar conhecimentos. O foco é o aprendizado do aluno, a capacitação e valorização dos professores, e ações políticas, educacionais e sociais do município.

RESULTADOS ESPERADOS

Intensificação da interação entre alunos e professores, promovendo o uso de tecnologias voltadas ao processo de ensino e aprendizagem;

Otimização do tempo destinado ao processo de ensino e à gestão em sala de aula, buscando maior eficiência na condução das atividades educacionais;

Capacitação integral dos professores, habilitando-os a explorar de forma eficaz todos os recursos tecnológicos, com ênfase nas abordagens pedagógicas e no desenvolvimento de novos conteúdos educacionais;

Estímulo ao compartilhamento de conhecimento através da criação e reutilização de novos conteúdos educacionais, com foco no enriquecimento da experiência de aprendizagem dos alunos;

Promoção de uma melhoria contínua no desempenho escolar dos alunos, incentivando um ambiente propício ao aprendizado efetivo;

Recuperação eficiente dos conteúdos que foram prejudicados devido ao período de isolamento social;

Implementação da inclusão social, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo o acesso equitativo à educação para todos os alunos;

Fomento à acessibilidade às novas Tecnologias Educacionais, assegurando que todos os alunos possam usufruir dos recursos disponíveis de maneira plena e igualitária;
Qualificação dos alunos da Rede Municipal de Ensino por meio do acesso a novos conhecimentos e oportunidades educacionais, preparando-os para os desafios contemporâneos.

Todos os produtos discriminados deverão funcionar harmoniosamente entre si. Para efeitos de aquisição e procedimento licitatório, buscando o preço mais competitivo e vantajoso para a administração pública, considera-se dois lotes. Os licitantes devem atender às especificações de cada equipamento, conforme descrito abaixo:

EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL E MOBÍLIA

Planilha - Fornecimento e Implantação de Projetos e Equipamentos Digitais e Softwares Educacionais			
LOTE 1			
N°	Equip	Especificações	Quant
1	Notebook 1	- Processador: 4 núcleos e 8 threads, 1.60Ghz, 8Mb cache - Memória: 8GB, 2666Mhz - Armazenamento: SSD 256GB - Tela: 14" - Placa gráfica: Mín. 2GB - Bateria: Integrada 45Wh - Saída HDMI, 2 USB - Windows 10 Pro, Office 365, Google Workspace (CEU) e respectiva licença.	1000
2	Notebook 2	- Processador: 4 núcleos e 8 threads, 1.60Ghz, 6Mb cache - Memória: 8GB, 2666Mhz - Armazenamento: SSD 256GB - Tela: 14" - Placa gráfica: Mín. 2GB - Bateria: Integrada 45Wh - Saída HDMI, 2 USB - Windows 10 Pro, Office 365, Google Workspace (CEU) e respectiva licença.	1000
3	Chromebook (Prof./Inclusão)	- Processador: 2 núcleos, 1.50 GHz, 2Mb cache - Memória: 4GB, 1866 Mhz - Armazenamento: 32GB EMMC SSD - Tela: 12.2" FHD IPS TSP touchscreen, Pen - Bateria: 39Wh - Conectividade: 2x USB-C, 1 USB 3.0 - Chrome Education Upgrade (CEU)	2000
4	Chromebook (Aluno)	- Processador: Intel Celeron N4000, 1.10 GHz até 2.60GHz, 4 MB Smartcache - Memória: 4GB LPDDR4 - Armazenamento: 32GB eMMC - Tela: 11.6" HD LED TFT - Conectividade: 2 USB-C, 2 USB 3.1 - Chrome OS	4000
5	Microcomputador - Desktop	- Microcomputador Desktop padrão small form factor, com volume máximo de 0,5 litros e peso total inferior a 250g. Seu consumo típico deve ser inferior a 7W e deve possuir emissão de ruído ambiente igual a zero. O equipamento deve alocar a memória dinamicamente conforme a demanda do sistema e das aplicações,	1000

podendo variar entre 32MB e 512MB ou mais. Quando a memória não for mais necessária pela aplicação, a porção alocada deve ser devolvida dinamicamente para o sistema operacional para outros usos. Suporte a decodificação H.264 e MPEG2 por hardware para reprodução de vídeo Full HD em 30fps. Áudio: Controladora de áudio de alta definição de 24 bits integrada. Conector de áudio frontal, padrão verde PC 2001; Conector para microfone frontal, padrão rosa PC 2001; Amplificador integrado para fone de ouvido; Função de redução de ruído integrada; Suporte a áudio via HDMI. Barramentos e interfaces de comunicação: No mínimo quatro (04) portas USB, sendo ao menos duas portas 3.0 na parte frontal e duas na parte traseira para conexão de mouse e teclado. Hubs não serão aceitos. Interface de rede padrão Gigabit Ethernet com porta RJ-45, compatível com 10/100/1000 MB/s, Auto-Cross, Full-Duplex e Plug-and-Play; Interface wireless LAN padrão 802.11 a/b/g/n/ac on-board, compatível com 2.4GHz e 5GHz; Conectividade Bluetooth on-board com suporte às versões 4.1+HS/4.2+LE, BLE. Fonte com chaveamento automático entre 100-240 Volts e 50/60Hz, com capacidade para suportar a configuração máxima do item ofertado. Entregue com Microsoft Windows 10 Enterprise pré-instalado em português do Brasil ou versão superior e devidamente licenciado; Chrome Education Upgrade (CEU) e Google for Workspace for Education Plus, acompanhados de licença de uso. O sistema operacional deve estar instalado em unidade de disco rígido SSD. Deve ser fornecida uma imagem do S.O. para restauração dos padrões de fábrica, contendo softwares e drivers dos dispositivos. Compatibilidade total com Linux Ubuntu 7.10 ou superior. O fabricante deve disponibilizar download gratuito do mesmo para instalação em seu website. Monitor de 19 polegadas, teclado e mouse sem fio, declarações e documentações: Apresentar folder ou prospecto técnico que evidencie claramente o equipamento ofertado. A proponente deve apresentar declaração do fabricante, confirmando credenciamento e responsabilidade solidária pelo fornecimento do produto. O fabricante deve disponibilizar download gratuito de drivers de dispositivos, BIOS e firmwares em

		seu website. Manuais e documentos podem ser apresentados eletronicamente, não sendo aceitas fotocópias, resumos ou adaptações. O licitante vencedor terá um prazo de 2 dias úteis para enviar uma amostra do equipamento ofertado para homologação. Caso o equipamento não esteja em conformidade com este edital, o licitante será desclassificado e o próximo licitante com a melhor proposta será chamado.	
6	Servidor de Conteúdos	- Processador: Intel Core I3-4130, 3.4 GHz / 3MB Cache - Memória: 16 GB - Armazenamento: 1TB SSD SATA - Funções: Repositório de conteúdos, LMS (Moodle 3.0), entre outros - Garantia mínima: 36 meses	200
7	Access Point	- Padrão: 802.11n e 802.11ac - Velocidade: 1.300Mbps - Aplicação: Interna; Indoor - Frequência: 2.4GHz e 5GHz - Antenas: 3 omnidirecionais - Suporte a 256 dispositivos - Compatível com controladora ARUBA AIRWAVE	100
8	Nobreak	- Interativo 600VA com notificação online - Estabilizador interno, autoteste - Inversor sincronizado, forma de onda senoidal - Bivolt	1000
9	Projeto Multimídia	- DLP, Resolução XGA(1024x768) - Brilho 3600 ANSI Lúmens - Contraste 20,000:1 - Vida útil da lâmpada 15.000 horas - Conectividade HDMI, USB, RS232 - Compatibilidade HDTV, vídeo NTSC, PAL, SECAM	1000
10	Suporte para Projetor	- Universal para teto e/ou parede - Chapa de aço laminada, tratamento antiferruginoso, pintura epóxi - Articulação de 0 a 45° - Trava de seg	1000

		<p>Os gabinetes para armazenamento, transporte e recarga deverão ser novos, idênticos e sem uso anterior. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta. Dimensionamento: Possuir capacidade para armazenamento de no mínimo 40 (quarenta) Chromebook Educacionais de até 14,6", posicionados em compartimentos/baixas verticais com dimensões mínimas: 220 x 294 x 25mm (A x P x L). Possuir dimensão externa máxima preservando a mobilidade do equipamento de 700 mm de profundidade. Estrutura: O gabinete deve possuir todas as superfícies externas e internas fabricadas em material resistente (exceto madeira ou semelhantes), metálico ou não metálico, preferencialmente aço carbono com espessura mínima 0.9mm, devendo ser resistente a impactos, com estrutura tipo chassi em aço com baixo teor de carbono; Possuir bandejas internas com reforços longitudinais, de material leve que ofereçam durabilidade e resistência a riscos e/ou corrosões e fogo; Possuir compartimento adequado para acomodar e fixar as fontes de alimentação; Partes metálicas deverão possuir revestimento com pintura eletrostática epóxi que protege de oxidação, riscos, corrosão e fungos; Possuir superfície superior com revestimento antiderrapante e antiestático, para acomodação dos dispositivos e acessórios.</p> <p>Acesso Deverá possuir mínimo duas portas, sendo uma frontal para acesso exclusivo aos dispositivos e uma traseira para acesso exclusivo as régua de tomadas, fabricadas no mesmo material das superfícies externas, com sistema de dobradiças internas que impeçam a sua retirada e desmontagem pelo lado externo, contendo orifícios para circulação de ar, e sistema de fechadura com travamento em no mínimo dois pontos de fixação, contendo no mínimo um par de chaves por fechadura; O Gabinete não deve permitir acesso entre os compartimentos frontais e traseiros, senão através de suas respectivas portas, ou seja, impossibilidade de acesso ao compartimento das fontes através do compartimento frontal. E não seja possível acessar o compartimento dos devices através da porta traseira.</p> <p>Mobilidade Permitir a movimentação com facilidade, possuir 04 (quatro) rodízios com no mínimo 4 polegadas de diâmetro, com acabamento emborrachado, gerando o menor ruído possível, sendo no mínimo 02 com sistema de travamento. Deverá possuir, no mínimo um puxador lateral, disposto de maneira oposta, para facilitar o seu manuseio e deslocamento entre os vários ambientes; Deverá possuir peso máximo de 45 Kg vazio, para facilitar o manuseio e deslocamento do gabinete;</p> <p>Sistema de recarga Deverá possuir um circuito eletrônico de controle de carga, que garanta o gerenciamento de recarga dos dispositivos e a</p>	<p>Página 1 de 30</p> <p>Waldomiro Bueno, 109 – Jardim São Benedito - Cambuí - Minas Gerais - CEP: 32.130-000</p>
--	--	--	---

12	Lousa Digital Interativa portátil	- Receptor portátil com rastreamento por infravermelho e ultrassom - Área de ativação de 123" polegadas (diagonal) - Compatível com Windows, Mac OS, Linux - Caneta interativa digital - Bateria com até 12 horas de uso contínuo - Fixação em qualquer quadro branco - Conexão wireless via adaptador USB	1000
13	Lousa Digital Interativa Multimídia LCD	Área ativa: 1434 mm x 808 mm; Cor: Preto; Resolução da Função Touch: 32768 (W) * 32768 (D); Resolução da Imagem: 1920 x 1080; Tempo de Resposta da Função Touch: 3 a 10 ms; Velocidade do cursor: 450 fps; Tamanho mínimo objeto para detecção do toque: 5mm; Multi Touch: 10 toques simultâneos; Conexão entre a Moldura touch e o PC: USB. Tolerância de luminosidade de ambiente: 150,000lux; Plug and Play: Sim; Vida Útil: Ilimitada; Software com ferramentas Interativas: Sim (Ferramentas: Canetas / Marca Textos / Borracha / Linhas / Salvar Tela); Compatibilidade Sistema operacional: Windows 7, Windows 8, Windows 10, Cromhe OS, Mac*, Linux* (Single Touch). Mini PC configuração mínima: Processador Intel i5, 8g Ram, SSD 120G, Windows 10 pro usb; Bivolt: 127v~240v; Canetas x 1; Manual de Instruções em português, Pen Drive com Software e Driver. Superfície: Vidro temperado nível 7 de Mhos; Módulo PC – Tipo: Módulo PC destacável; Processador: Intel Huron River Sandy Bridge i5; Placa de Vídeo Gráficos: Integrated; Placa de som: Integrated High Definition AudioStereo; Placa de Rede: Integrated 10/100/1000M Adaption; Memória: 8G DDRIII; Disco Rígido: 500G SATA (up to 1T); Interface WIFI: 802.11b/g/n (2.4GHZ); USB (A): 6; Microfone entrada: 1; Saída para fone de ouvido: 1; Porta LAN (RJ45): 1; Saída VGA: 1; Entrada de vídeo composto: 1; Saída de vídeo composto: 1; Entrada Vídeo Componente (Y / Pb / Pr): 1; Entrada VGA (15 pinos D-Sub): 2; Entrada PC-Audio: 2; Conexão HDMI: 2; Saída de Áudio Digital: 1; Saída de Áudio: 1; USB (A) Em: 1; USB (B) Toque Em: 1; Potência do áudio: 10W2; Alimentação de entrada: 100V-240V AC 50/60HZ; Consumo total de energia: < 220W(typ); Consumo em Standby: < 0.5W; Temperatura de Operação: 5°C-35°C; Umidade da operação: 35% - 75% RH; Temperatura de armazenamento: -20°C-60°C; Umidade de armazenamento: 10% - 70% RH; Dimensões: 17131035115(mm); Dimensões (com embalagem): 18601200260 (mm); VESA: 600*400 (mm); Peso Líquido: 71kg; Peso bruto: 83kg; Prazo de garantia: 36 meses a contar do recebimento definitivo do equipamento e de seus acessórios, o licitante deverá entregar uma declaração desta garantia na entrega da proposta.	2000
14	Software Educacional Interativo	800 Licenças de uso de softwares educacionais (diversos componentes curriculares) inclusa plataforma de ensino da educação básica a serem instalados em 2.000 conjuntos de	1.600.000

		<p>tecnologia e/ou microcomputadores para uso de equipamentos de Lousa Interativa. Incluso Manutenção, customização e atualização dos Softwares Educacionais; Capacitações de docentes (PROFESSORES) em Informática Básica das escolas participantes do projeto, sendo 20hs (vinte horas) por turma; Capacitações de docentes (PROFESSORES) para utilização dos Softwares Educacionais das escolas participantes do projeto, sendo 20hs (vinte horas) por turma; Capacitações de docentes (PROFESSORES) para utilização da Lousa Interativa das escolas participantes do projeto, sendo 20hs (vinte horas) por turma. O licitante deverá apresentar atestado e/ou declaração que os softwares educacionais funcionam nas lousas e MiniPC ofertados, declaração esta fornecida pelo fabricante dos equipamentos. Serem compatíveis com as Lousas interativas e/ou Software de Gerenciamento da lousa interativa, customizado ou compatível com os Softwares Educacionais, apresentar atestado e/ou declaração, inclusive os modelos que estão no software;</p>	
15	<p>Kit de Peças de Encaixe para ensino de Robótica Mecânica</p>	<p>Kit de Educação Tecnológica para ensino de conceitos de mecânica básica composto de peças modulares em plástico e/ou madeira que se encaixam entre si permitindo assim a montagem e experimentação de modelos mecânicos tais como: alavancas, conexões, rodas e eixos, plano inclinado e cunhas, polias, cames e manivelas, engrenagens e parafusos, transferência de movimento, mudança de direção, velocidade e potência, sistema simples e composto de polias, tipos de movimento e conversão, leis de Newton (do movimento), gravidade, impulso, ação e reação, energia solar, cinética e dinâmica, estruturas e triangulação tipos de pontes, tais como: em arco, treliça, cabo e suspensa. O kit também deve vir acompanhado de um conjunto de elementos relacionados ao estudo e experimentação de Energia renovável, energia solar, através de células fotovoltaicas modulares que também se conectam entre si, permitindo ampliação da voltagem de saída. Com este conjunto os alunos terão a chance de experimentar diferentes assuntos de ciência e tecnologia e envolver-se na resolução de problemas de nível básico, médio e avançado. Mais de 100 diferentes modelos podem ser construídos e serem ou não motorizados, uma vez que o kit motores de corrente contínua que pode funcionar livremente ou através de controle remoto com fio e até mesmo alimentado pelas próprias células fotovoltaicas deve vir acompanhando o kit. O kit deverá conter CD com software que incluirá mais de 60 experimentos e 30 atividades interativas e também apresentar toda a teoria sobre o temas de estruturas, máquinas simples, as leis de Newton do movimento, energias renováveis, energia cinética e potencial. Ele deve incluir muitos gráficos, imagens e</p>	200

		<p>animações e testes para impressão, de modo que professores possam avaliar o que seus alunos aprenderam. Ele deve vir acondicionado em caixa plástica para armazenamento seguro das peças e fácil manipulação pelos alunos. Ele deverá conter mais de 500 componentes os quais permitem mais de 2.000 pontos de conexão.</p> <p>Controlador Principal CM-530 DYNAMIXEL (servomotor) AX-12A: 18 unidades Sensor GIRO, DMS, IR S/W Robo Plus Controle remoto Conjunto RC-100B ZIG-110A (incluído) Conjunto BT-210 (opcional) Manual totalmente em Português (3 robôs) (26 robôs) As peças devem ser identificadas por cor de acordo com sua aplicação e funcionalidade. Garantia mínima de 36 meses, a licitante deverá fornecer uma declaração no ato da entrega da proposta.</p>	
16	Kit de Robótica Programável	<p>1. Kit modular completo de Mecânica Programável, nível Iniciante, composto por: Controlador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Microprocessador de 32 bits • memória Flash de 32 Kbytes • memória RAM de 64 Kbytes, • comunicação BlueTooth, • porta USB full-speed (12 Mbts/s) • 2 portas e entrada (analógica ou digital) • 5 portas de saída - 2 PWM para motor CC e 3 para LED ou servo motores (todas programadas simultaneamente) • campainha on-board. <p>Controlador Principal CM-530 DYNAMIXEL (servomotor) AX-12A: 6 unidades (parte superior do corpo), 2 unidades (garra), AX-18A: 10 unidades (parte inferior do corpo) Sensor GIRO, DMS, IR S/W Robo Plus Controle remoto Conjunto RC-100B ZIG-110A (incluído) Conjunto BT-210 (opcional) Manual totalmente em Português (1 robô + garra)</p> <p>2. Software de controle: (acompanha o Kit)</p> <ul style="list-style-type: none"> • software de programação do Controlador composto de 2 interfaces gráficas diferentes de programação apresentadas, simultaneamente ou não, no mesmo ambiente (tela) o através de ícones (blocos lógicos) configuráveis em estrutura de fluxograma com as operações lógicas elementares de declaração, operação e repetição. o tela de programação em Linguagem C. o na mesma tela de programação interface gráfica que permite acionar os elementos de saída e ler os de entrada conectados ao controlador (texto on-line de 	200

		<p>conexão).</p> <p>3. Diversos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • cabo USB para conexão entre Controlador e PC • 3 motores de corrente contínua • 3 Led's • 1 sensor de Infra-vermelho • 1 sensor de toque • eliminador de pilhas – conversor CA/CC (120V-220V/ 7,2V-1A) • Manual de Atividades <p>Garantia mínima de 36 meses, a licitante deverá fornecer uma declaração no ato da entrega da proposta.</p>	
17		<p>Serviço de acompanhamento mensal Técnico/Pedagógico nas 700 escolas participantes do projeto, pelo período de 36 meses; Consultoria e Assessoria Técnico/Pedagógica mensal nas 700 escolas participantes do projeto, pelo período de 36 meses; Supervisão Técnico/Pedagógica mensal nas 700 escolas participantes do Projeto, pelo período de 36 meses. Os serviços de acompanhamento, consultoria, assessoria técnico/pedagógica e supervisão técnico/pedagógica com customização serão referentes aos equipamentos e Softwares educacionais ofertados no processo licitatório.</p>	25.200
18	Mini-Servidor Escolar	<p>Processador com no mínimo 2 núcleos físicos, 2,0 GHz de frequência e 4MB de cache, 8GB de memória RAM DDR4 ou superior, um SSD SATA de 1TB. A interface de rede deve incluir uma porta Gigabit Ethernet RJ-45 e um Access Point integrado que suporta até 50 conexões WiFi 802.11 a/b/g/n/ac com MIMO 2x2, criptografia AES/PKI e autenticação WPA2 enterprise e IEEE 802.1x/EAP. A placa-mãe deve suportar memória DDR4 e Serial ATA. Funcionalidades incluem serviços de rede como roteador, servidor DNS, cliente e servidor DHCP, suporte a NAT/PAT, servidor proxy caching, controle de largura de banda, e monitoramento via SNMPv2, todos gerenciados por uma interface web unificada. Em segurança, deve ter firewall, filtro de conteúdo web, autenticação "Active Directory" e VPN segura. Nos serviços educacionais, deve oferecer um portal para armazenamento e gerenciamento de conteúdos com opções de customização, suporte a diversos formatos, cache de vídeos, e visibilidade de conteúdos. O repositório de aplicativos deve permitir implantação remota segura e gerenciamento centralizado. O sistema de gerenciamento da aprendizagem (LMS) deve suportar SCORM/IMS e AICC, e incluir ferramentas como chat, conferência, fórum e questionários, com registro de usuários automatizado. Integra funcionalidades para a escola, incluindo um repositório local de conteúdos com um portal web para armazenamento e customização de diversos formatos de conteúdo. Administradores e professores podem carregar,</p>	300

		organizar e definir a visibilidade dos conteúdos. O repositório de aplicativos permite implantação remota e segura de aplicativos web com gestão centralizada. O sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS) deve suportar SCORM/IMS e AICC e inclui ferramentas como chat, conferência, fórum, e questionários, com registro automático de usuários. A administração deve ser feita via uma interface web unificada com backups e atualizações automáticas. A gestão centralizada deve permitir controle de conteúdos e aplicativos, adicionar/excluir escolas, agrupar escolas, monitorar status de conexão e sincronização, e distribuir conteúdos automaticamente otimizando a largura de banda. Deve também oferecer relatórios de distribuição, configuração remota dos servidores, coleta de estatísticas de uso, uma API REST para integração, e atualizações por 36 meses.	131/
	LOTE 2		
01	Almofadão Gota Corino Acqua	Corino (couro sintético); Formato Gota; Cor: Acqua; Altura: 0,45m	300 UNID.
02	Almofadão Gota Corino Amarelo	Corino (couro sintético); Formato Gota; Cor: Amarelo; Altura: 0,45m	300 UNID.
03	Almofadão Gota Corino Azul Royal	Corino (couro sintético); Formato Gota; Cor: Azul Royal; Altura: 0,45m	300 UNID.
04	Almofadão Gota Corino Laranja	Corino (couro sintético); Formato Gota; Cor: Laranja; Altura: 0,45m	300 UNID.
05	Almofadão Gota Corino Vermelho	Corino (couro sintético); Formato Gota; Cor: Vermelho; Altura: 0,45m	300 UNID.
06	Armário 2 Portas 120 x 60 x 74 cm Branco com Prateleira	Armário com 2 portas e prateleira interna; Dimensões: 120 x 60 x 74 cm; Cor: Branco	300 UNID.
07	Armário Gaveta 120 x 60 x 72 cm, Branco	Armário com gaveta; Dimensões: 120 x 60 x 72 cm; Cor: Branco	300 UNID.
08	Artes para Painel	Material para decoração de painel educativo	300 UNID.
09	Banco Booth Tecido Multi 51	Banco estofado; Tecido: Multi 51	300 UNID.
10	Cadeira Summer Tamanho 7 Azul	Cadeira tamanho 7; Cor: Azul	1.500 UNID.
11	Cadeira Summer Tamanho 7 Verde Pistache	Cadeira tamanho 7; Cor: Verde Pistache	1.500 UNID.
12	Cadeira Summer Tamanho 7 Vermelha	Cadeira tamanho 7; Cor: Vermelha	1.500 UNID.
13	Estante Madeira Maker	Estante de madeira	200 UNID.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS
MUNICÍPIO DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI

14	Mesa Convivência Diam. 110cm Alt. 74cm Tampo Branco/BCO, Est. Cinza	Mesa de convivência; Diâmetro: 110 cm; Altura: 74 cm; Tampo: Branco; Estrutura: Cinza	400 UNID.
15	Mesa Flex Triangular Alt. 74cm Tampo Branco/Branco, Est. Cinza	Mesa triangular; Altura: 74 cm; Tampo: Branco; Estrutura: Cinza	700 UNID.
16	CD Mesa Note Branca	Mesa para uso do professor; Cor: Branca	300 UNID.
17	Mesa Professor Redonda , Tampo Branco/BCO, Est. Cinza	Mesa para professor; Formato redondo; Tampo: Branco; Estrutura: Cinza	300 UNID.
18	Película para Projeção e Escrita Fosca 152 cm	Película fosca para projeção e escrita; Tamanho: 152 cm	1000 UNID.
19	Puff Arco Corino Amarelo com Rodizio Altura 45 cm	Puff em formato de arco; Corino; Cor: Amarelo; Altura: 45 cm; com rodízios	300 UNID.
20	Puff Arco Corino Vermelho com Rodizio Altura 45 cm	Puff em formato de arco; Corino; Cor: Vermelho; Altura: 45 cm; Com rodízios	300 UNID.
21	Puff Desenho Google , Corino, com Rodizio, Alt. 45 cm	Puff com desenho do Google; Corino; Com rodízios; Altura: 45 cm	300 UNID.
22	Puff Quadrado Corino Acqua com Rodizio Altura 45 cm	Puff quadrado; Corino; Cor: Acqua; Com rodízios; Altura: 45 cm	300 UNID.
23	Puff Quadrado Corino Amarelo com Rodizio Altura 45 cm	Puff quadrado; Corino; Cor: Amarelo; Com rodízios; Altura: 45 cm	300 UNID.
24	Puff Quadrado Corino Azul Royal com Rodizio Altura 45 cm	Puff quadrado; Corino; Cor: Azul Royal; Com rodízios; Altura: 45 cm	300 UNID.
25	Puff Quadrado Corino Laranja com Rodizio Altura 45 cm	Puff quadrado; Corino; Cor: Laranja; Com rodízios; Altura: 45 cm	300 UNID.

Certifique-se de que as Lousas Digitais Interativas oferecidas possuem pelo menos três certificações de segurança e uma certificação de qualidade da lista a seguir:

133/

- Diretiva 89/336/EEC – Compatibilidade Eletromagnética;
- Diretiva 73/23 – CEE;
- EN 60825-1 – Segurança de produtos de radiação laser (IEC 825);
- IEC 60950-1;
- Diretiva 93/68/CE – Conformidade com normas da UE em segurança, saúde ou requisitos ambientais;
- Diretiva 92/31/EEC – Segurança de produtos de radiação eletromagnética;
- Diretiva 2004/108/CE;
- Regulamento Europeu REACH;
- Certificação RoHS;
- Certificação ISO 9001.

EXIGÊNCIAS PARA O ITEM 14

Os softwares educacionais devem incluir 800 (oitocentos) conteúdos educacionais das disciplinas baseados na BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, podendo ser customizados pedagogicamente conforme necessário pela CONTRATANTE.

O número de licenças de uso dos conteúdos integrados nos softwares educacionais deve totalizar 1.600.000, calculadas como 800 (oitocentos) conteúdos multiplicados por 2.000 (duas mil) Conjuntos de tecnologia/Lousas Interativas Digitais Multimídias, Notebooks e/ou Mini PCs instalados nas salas de aula, todas devidamente legalizadas e entregues à Secretaria Municipal de Educação participantes do **CIMESMI**.

Os softwares educacionais devem ser compatíveis com lousas interativas e/ou software de gerenciamento da lousa interativa, podendo ser customizados ou compatíveis com os softwares educacionais.

Os softwares educacionais devem ser avaliados e aprovados pela equipe pedagógica da
CONTRATANTE.

134/

Deve estar incluso no serviço a manutenção, customização e atualização dos softwares educacionais.

Deve ser oferecida capacitação aos professores participantes do projeto em Informática Básica (Windows/Linux), com carga horária de 20 horas por turma; utilização dos Softwares Educacionais, com carga horária de 20 horas por turma; e utilização da Lousa Interativa nas escolas, com carga horária de 20 horas por turma.

Deve ser providenciado acompanhamento técnico/pedagógico, consultoria e assessoria técnico/pedagógica nas escolas participantes do projeto pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

Deve ser garantida supervisão técnico/pedagógica nas escolas participantes do projeto pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

CARACTERÍSTICAS DOS SOFTWARES EDUCACIONAIS

Os softwares educacionais devem seguir os seguintes requisitos:

- Explorar conteúdos educacionais alinhados com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – MEC/2003, a Base Nacional Comum Curricular e a Proposta da Rede Pública Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Devem apresentar uma abordagem lógica, lúdica e criativa, valorizando o conteúdo científico através de aulas expositivas que utilizem imagens, elementos 3D, estímulos visuais e auditivos.
- Oferecer um total de pelo menos setecentas e cinquenta horas-aula, explorando conteúdos e disciplinas adequados à Educação Básica.
- Cada módulo deve conter orientações pedagógicas suficientes para o desenvolvimento de no mínimo 45 minutos, correspondendo a uma hora-aula,

auxiliando as disciplinas curriculares através de recursos didáticos que tornem as aulas mais produtivas e motivadoras.

- Incluir conteúdos enciclopédicos atualizados, sem custo adicional para a contratante. 135/

Os softwares educacionais serão disponibilizados em forma de coleção, abrangendo os seguintes níveis educacionais:

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Educação de Jovens e Adultos.

A forma de obtenção mencionada anteriormente é fundamentada na interligação e complementaridade entre as disciplinas, onde o reforço de uma disciplina promove a compreensão das outras. Além disso, o fornecimento em forma de coleção é vantajoso porque oferece aos educadores um amplo conjunto de conteúdos educacionais essenciais para as atividades de ensino-aprendizagem. Isso é crucial tanto para revisar tópicos educacionais específicos quanto para explorar mais profundamente conforme avançam os diferentes níveis escolares. Essas características promovem uma maior dinâmica no ambiente educacional.

Exploração de recursos auditivos e uso adequado da musicalidade para os alunos, permitindo que trabalhem conceitos e atividades que incentivem a inovação e motivem a aprendizagem. Estimulo à criação de desafios autênticos e progressão na educação;

Os softwares educacionais devem ter características que capacitem o professor a abordar temas interdisciplinares durante as aulas ministradas. A utilização desses recursos incluirá o enriquecimento do conteúdo por meio de fontes disponíveis na internet, enciclopédias e vídeos, tanto durante o uso em tempo real quanto no planejamento das aulas pelo professor;

Inclusão de funcionalidades que facilitem a participação e interação social dos alunos em atividades em grupo, com o objetivo de reduzir o individualismo;

Promoção da interação entre professor, recursos multimídia e alunos, aumentando a dinamicidade e motivação dentro do ambiente escolar;

136/

Os conteúdos educacionais devem ser inteiramente desenvolvidos no Brasil, sendo proibido qualquer software ou conteúdo educacional traduzido. Sua estrutura pedagógica deve estar alinhada com as diretrizes estabelecidas na BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – MEC/2003 e no Referencial Curricular da Rede Pública Municipal para Educação Básica.

A solução proposta neste Termo de Referência deve abranger os conteúdos de cada disciplina, conforme os diferentes estágios educacionais (Educação Infantil, Ensino Fundamental - séries finais e EJA), ministrados na Educação Básica. Esses conteúdos devem totalizar pelo menos setecentas horas-aula, abrangendo as seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências, Geografia, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Artes, Biologia, Química, História local, respeitando a profundidade de cada estágio educacional.**

Os softwares educacionais devem incluir a comunicação e expressão em Língua Brasileira de Sinais – **LIBRAS**, conforme estipulado pela Lei Federal 10.436/02 e o Decreto Federal 5626/05.

Devem contemplar a educação regional, respeitando as particularidades étnico-culturais de cada comunidade e a formação específica de seu corpo docente, conforme os princípios constitucionais e a base nacional comum que orienta a Educação Básica brasileira.

A empresa licitante deve apresentar um projeto onde os softwares educacionais sejam personalizados com base nas avaliações do MEC – Prova Brasil ou outras avaliações consideradas pertinentes pela CIMESMI para o desenvolvimento educacional.

Os Softwares Educacionais e seus conteúdos devem ser adaptados e distribuídos pela empresa, incluindo planejamento relevante para cada disciplina ou contexto educacional. Devem sugerir ao docente possíveis aplicações, como atividades complementares,



indicações bibliográficas para professores e alunos, sites informativos e integração de conteúdos. 137

Todos os softwares e conteúdos educacionais devem estar em conformidade com o Acordo Ortográfico estabelecido pelo Decreto nº 6.583 de 29 de setembro de 2008, promulgando a Nova Ortografia para estudantes da Educação Básica desde cedo.

Os softwares educacionais devem ser avaliados e aprovados pela equipe pedagógica da contratada.

Eles devem permitir a inclusão de vídeos nos formatos FLV e AVI em todas as telas ou módulos, visando enriquecer o conteúdo com vídeos educacionais adicionais fornecidos pela Secretaria de Educação, pelos professores, alunos ou pela empresa fornecedora.

Deve haver total integração com editor gráfico e editor de texto, além de compatibilidade com os sistemas operacionais Windows a partir da versão XP e LINUX. Também deve permitir o uso em solução Multiterminal com Windows a partir da versão XP e LINUX.

As Licenças de Uso serão individualizadas para cada Notebook, Microcomputador da Rede Municipal de Ensino do **CIMESMI** ou computador interativo.

É necessário comprovar a legalidade das Licenças de Uso dos softwares educacionais e seus conteúdos, através de declaração de propriedade.

Os Softwares Educacionais devem possuir funcionalidades para registrar dados estatísticos como data, hora e tempo de utilização, índice de acertos/erros dos alunos, número da licença e outros registros relevantes. Esses dados serão usados para avaliar o uso das ferramentas pelo corpo docente e o aproveitamento dos alunos.

CARACTERÍSTICAS DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA LOUSA DIGITAL INTERATIVA WEIRELESS COM BATERIA

Certifique-se de possuir o Sistema de calibração de superfície interativa de 09 (nove) pontos;
O Software de controle deve ser composto por ferramenta de interatividade configurável

(tamanho e transparência), permitindo, no mínimo, as seguintes opções: inserção de caneta, borracha e marca texto; capacidade de sobrepor anotações a qualquer programa instalado no dispositivo, reconhecimento de escrita manual em letra de forma ou manuscrita em qualquer software com campo de texto editável; mudança de cores e espessuras sem trocar a caneta; salvamento das telas em formatos mínimos: HTML, PDF, JPEG, BMP, TIF, EMF, PPT e PPS; Deve permitir mover, alterar tamanho ou rotacionar objetos; Deve suportar navegação por gestos; inclui recurso de escurecimento parcial da tela para mostrar conteúdos gradualmente; Deve integrar-se ao Google Workspace for Education, com pelo menos duas ferramentas incorporadas ao gerenciador da Lousa Digital Interativa. Deve possibilitar interação com os Softwares Educacionais oferecidos e outras ferramentas do dispositivo; Deve aceitar importação de arquivos nos formatos PDF, Excel, PPS/PPT, XLS e DOC, com imagens de fundo; Deve suportar conferências com no mínimo 25 conexões simultâneas via internet e 25 pontos via rede local; Deve incluir recurso para criar uma área centralizada de atalhos para programas e arquivos mais utilizados, com personalização de até 25 objetos no mesmo local para múltiplos usuários em um mesmo computador; Deve permitir acesso à paleta de ferramentas interativas em qualquer posição da tela de projeção com um clique; Todo o pacote de software deve ser compatível com a língua portuguesa e suportar os sistemas operacionais Microsoft Windows, Linux e MacOS; O software de gerenciamento da lousa interativa deve permitir total interatividade com os softwares educacionais e conteúdos oferecidos pela empresa. Compatível com Windows a partir da Versão XP, o software deve controlar apresentações PowerPoint® e similares do pacote BR OFFICE, permitindo controle total da apresentação em toda a área de projeção; O software deve permitir anotações, importação de arquivos de imagem, registro de apresentações e discussões, importação de arquivos MS-Office, e gravação de aulas, anotações e arquivos gerados/utilizados. Ações interativas podem ser realizadas por dispositivos auxiliares, com navegação baseada em gestos; deve incluir um teclado virtual para inserção, alteração ou exclusão de textos, e inicialização de outras aplicações; Deve incluir ferramentas para anotações de texto, galeria de imagens, funcionalidades de arrastar e soltar, recortar e colar, agrupar e mover imagens e arquivos, personalização da barra de ferramentas para gravar opções pessoais sem reconfiguração constante; e garantia de não perda de apresentações

por falta de energia elétrica; Interatividade com a Internet, funcionamento offline e recursos multimídia são essenciais. Deve permitir gravação de aulas e anotações para projeção futura (em formato aberto como AVI e outros, com imagem e som); compartilhamento de sessões e comunicação por chat em tempo real; envio de páginas aos participantes de uma sessão; envio de páginas via e-mail ou impressão; Digitalização, uso e armazenamento de dados capturados nos formatos comuns (HTML, PDF, JPEG, PPT, DOC, RTF, XLS), extensões do Open Office e formatos usuais de imagens (GIF, JPG, WMF, TIF, ICO, etc.).

CAPACITAÇÃO NO GOOGLE WORKSPACE FOR EDUCATION, SOFTWARES E CONTEÚDOS EDUCACIONAIS

Este é um dos elementos fundamentais para o sucesso do Projeto. Após se familiarizarem com as funcionalidades da lousa interativa, os professores serão treinados no uso de tecnologias educacionais, utilizando ferramentas, técnicas, softwares educacionais e recursos tecnológicos disponibilizados para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Durante o curso, vários aspectos e conhecimentos serão abordados, mostrando aos professores como tornar a aquisição de conhecimento mais eficaz para seus alunos e para eles mesmos. Espera-se que esta capacitação resulte em economia de tempo e eficiência nas atividades letivas, através do uso dos softwares educacionais especificados neste Termo de Referência.

Ao final do curso, espera-se que os professores atuem também como mentores do conhecimento, aptos a utilizar metodologias que contextualizem o processo de ensino-aprendizagem, limitados apenas pela criatividade dos próprios usuários.

O curso será realizado nas dependências de cada uma das escolas do **CIMESMI** que aderirem o projeto, com uma estimativa de participação de todos os professores. Cada turma será composta por no mínimo 20 e no máximo 40 participantes. O curso terá uma duração mínima de 20 horas, de acordo com o nível de assimilação de cada turma, com cada aula tendo no mínimo quatro horas de duração.

A Contratada deverá fornecer a cada participante um Guia de boas práticas no uso de recursos e conteúdos educacionais, disponibilizado em formato eletrônico. Cada participante



receberá um Certificado de conclusão do curso de Capacitação em Software Educacional e no Google Workspace for Education.

Se necessário, a Contratada deverá disponibilizar, durante a vigência do contrato, um profissional qualificado para auxiliar os professores da Rede Municipal de Ensino na utilização das ferramentas tecnológicas descritas neste Termo de Referência.

DO SUPORTE E GARANTIA

A Contratada será encarregada de garantir e fornecer suporte técnico para todos os softwares educacionais entregues durante todo o período do contrato.

A garantia será fornecida "in loco" ou através de suporte gratuito (números 0300 ou 0800) disponível 15 horas por dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Os problemas técnicos deverão ser atendidos e resolvidos dentro de 24 horas.

A Contratada deverá produzir relatórios mensais detalhando todos os atendimentos realizados, que serão anexados às faturas.

Os chamados para suporte poderão ser feitos por telefone ou e-mail, e a Contratada deve disponibilizar esses meios de comunicação aos responsáveis designados por cada escola.

O suporte e as atualizações dos softwares educacionais serão mantidos durante todo o período do contrato, e a garantia dos equipamentos será de 24 meses a partir da data de instalação e ativação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

Comprovação de Capacidade Técnica: Demonstrar a execução de serviços equivalentes aos descritos neste projeto, abrangendo no mínimo 70 salas de aula, representando aproximadamente 10% do total de salas incluídas no projeto, ou atendendo anualmente 50.000 alunos da Educação Básica.

Fornecer uma declaração formal de um órgão público (secretaria de educação) confirmando

que os softwares educacionais funcionam com no mínimo 5 (cinco) lousas interativas, incluindo aquelas fornecidas pelo MEC/FNDE, e que possuem a aprovação do referido órgão.

Fornecer uma declaração oficial do fabricante e/ou distribuidor da lousa interativa LCD, certificando que os softwares educacionais ofertados são compatíveis e funcionam com o software de gerenciamento da lousa interativa multimídia fornecida.

Demonstrar que, na data prevista para a entrega da proposta, a empresa possui 02 profissionais com formação técnica e especialização em pedagogia, qualificados para realizar serviços semelhantes aos especificados neste Termo de Referência, com vínculo empregatício comprovado ou contrato de prestação de serviços. Esta comprovação deve ser apresentada com cópias autenticadas da CTPS ou do contrato relevante, conforme o caso.

Fornecimento de uma declaração oficial garantindo que os equipamentos estarão cobertos por seguro contra:

- **Roubo:** Subtração do bem mediante ameaça ou uso de violência.
- **Furto Qualificado:** Furto cometido com destruição ou rompimento de obstáculos, sempre com vestígios.
- **Quebra Acidental:** Qualquer dano que impeça o funcionamento correto do equipamento devido a uma causa externa. Este seguro deve estar vigente durante todo o período do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Formação e Suporte: A empresa contratada será responsável pela capacitação dos professores que utilizarão os Softwares Educacionais, oferecendo suporte técnico-pedagógico e avaliando os resultados.

Fornecimento de Licenças: O CIMESMI deve receber as licenças de uso permanente para cada sala de aula. O total de licenças será de 800 (oitocentos) softwares educacionais, multiplicado pelo número de 2.000 (duas mil) Lousas Digitais Interativas Multimídia e/ou

notebooks/mini pc/Chromebook, resultando em 1.600.000 (Um milhão e seiscentas) "Licenças de Uso Permanente".

Acompanhamento Pós-Instalação: Após a realização dos cursos, liberação das licenças e instalação dos softwares nos equipamentos, a empresa contratada deve supervisionar tecnicamente e pedagogicamente a implementação dos softwares educacionais, bem como o uso dos recursos e ações, maximizando as capacidades e oportunidades proporcionadas pelos novos recursos tecnológicos disponíveis para professores e alunos.

Plano do Curso: Ao assinar o contrato, a CONTRATADA deve apresentar a matriz do curso.

Orientação e Acompanhamento: A supervisão inclui o acompanhamento durante toda a vigência do contrato, orientando os envolvidos no uso técnico e pedagógico dos recursos fornecidos.

Supervisores: A Contratada deve disponibilizar pelo menos 01 (um) supervisor para cada 10 (dez) escolas, podendo agrupar unidades próximas em um raio de 50 (cinquenta) km. Os supervisores devem orientar na utilização dos softwares educacionais, esclarecer dúvidas, orientar na utilização dos planos de aula, mostrar métodos eficazes testados em outras escolas, e facilitar a troca de experiências e objetos educacionais. A distribuição dos supervisores será feita pela Contratada, mas deve respeitar a proporção mínima de 01 (um) supervisor para cada 10 (dez) escolas. Ao final de cada mês, a Contratada deve apresentar ao departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação um relatório sintético, devidamente assinado, sobre a supervisão técnica/pedagógica realizada nas escolas.

Qualificação dos Profissionais: Os profissionais responsáveis pelo suporte técnico e pedagógico devem possuir curso superior em Pedagogia, licenciatura, ou terem concluído o Programa de Formação de Professores – PROFORM, ou curso equivalente, com experiência comprovada de pelo menos 01 (um) ano na função. Não é permitida a contratação de servidores públicos municipais para atividades de coordenação técnica e pedagógica.



Substituição de Profissionais: O CIMESMI pode solicitar a substituição imediata de qualquer profissional indicado pela Contratada, dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de desrespeito às normas do CIMESMI ou a qualquer servidor deste órgão, ou por falta de domínio no conteúdo exigido pelos softwares educacionais e na capacitação.

Responsabilidade Financeira: A Contratada é inteiramente responsável pelos pagamentos dos profissionais envolvidos, assim como encargos, impostos, contribuições previdenciárias, fiscais, tributárias, transporte, hospedagem, alimentação, e ações judiciais movidas pelo empregado ou preposto.

Entrega e Instalação: Na entrega/instalação dos equipamentos e softwares educacionais, a Contratada deve fornecer mídias com todos os softwares e acessórios necessários para o perfeito e imediato funcionamento. Os softwares educacionais devem ter garantia contra defeitos durante toda a vigência do contrato.

Responsabilidade por Atos dos Colaboradores: A Contratada é responsável por quaisquer atos de seus colaboradores ou prepostos que possam causar prejuízos ao CIMESMI.

Custos Logísticos: A Contratada deve arcar com todos os custos (logística, passagens, estadias, alimentação e transporte) dos profissionais envolvidos na instalação e treinamento dos equipamentos e softwares educacionais ofertados para cada sala de aula nas localidades onde se encontram.

Relatórios Mensais: A Contratada deve emitir mensalmente uma planilha com as instalações e treinamentos/capacitações realizados, com o devido aceite do serviço prestado em cada escola.

Informações de Instalação: Ao instalar as licenças dos Softwares Educacionais, a Contratada deve informar, entre outros dados, o número de série do notebook, microcomputador ou computador interativo em que foram instaladas.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 144,
- Cumprir integralmente as disposições do Contrato.
 - Supervisionar os serviços através de servidores especialmente designados, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.
 - Informar prontamente sobre qualquer evento que cause interrupção na execução do Contrato.
 - Elaborar um cronograma e entregá-lo à Contratada em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos equipamentos e softwares educacionais, especificando as escolas/localidades para a instalação e treinamento dos professores.
 - O CIMESMI proverá as condições necessárias, incluindo o fornecimento de energia elétrica, para que a Contratada possa implementar o objeto deste termo de referência.
 - Realizar os pagamentos conforme as condições e preços acordados no Contrato.
 - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre quaisquer defeitos, falhas ou irregularidades encontradas na execução do serviço, para que sejam tomadas as providências corretivas necessárias.
 - Fornecer por escrito as informações essenciais para o desenvolvimento dos serviços contratados.
 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, conforme estipulado nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta.
 - Garantir que a **CONTRATADA** cumpra todas as normas ambientais aplicáveis.
 - Disponibilizar todas as condições necessárias para que a **CONTRATADA** execute seus serviços de acordo com as diretrizes do Contrato, do Termo de Referência e seus anexos.
 - Assegurar que, ao longo da vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA**.

DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O CIMESMI designará 03 (três) técnicos de seu corpo de servidores para receberem capacitação técnica e se familiarizarem com a tecnologia disponibilizada. A organização do treinamento será decidida pelo CIMESMI de acordo com sua disponibilidade interna.



É incumbência da Contratada manter os técnicos atualizados sobre os avanços técnicos e/ou alterações na operação, atualização e personalização de todos os componentes fornecidos durante o período contratual.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

Após a divulgação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE, a **CONTRATADA** deverá entregar os equipamentos e os softwares dentro do prazo estipulado anteriormente. Além disso, deverá iniciar, no mesmo prazo, a fase de treinamentos conforme o cronograma disponibilizado pela contratante.

Na Ordem de Serviço, além das escolas já detalhadas nop, a contratada receberá informações sobre o número de licenças necessárias em cada escola, especificando o nível de ensino ao qual se aplica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA).

O CAMESMI designará quantos servidores forem necessários para acompanhar a execução detalhada deste projeto, incluindo emissão de comunicações oficiais à contratada no legítimo interesse do CAMESMI. Esses servidores incluirão fiscais técnicos e pedagógicos encarregados de monitorar passo a passo a execução contratual.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A licitante empregará o critério de seleção baseado no menor preço total conforme estabelecido no Edital e documentos adicionais.

DO PAGAMENTO

O pagamento será dividido em doze parcelas ao longo da vigência do contrato e seguirá o cronograma de entrega especificado no anexo contrato.

Para o processo de faturamento, é obrigatória a apresentação de um documento que comprove a efetiva entrega dos equipamentos e a prestação dos serviços. Este documento será emitido pela Contratada e assinado pela contratante. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, juntamente



com um comprovante assinado pelo recebedor.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O contrato será válido por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses, conforme estipulado na Lei 14.133/21.

A ata de Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses a partir da sua publicação, podendo ser renovada por igual período, desde que justificada como vantajosa para o órgão gestor.

DAS PENALIDADES

A contratada vencedora ficará sujeita às penalidades administrativas previstas no da Lei nº 14.133/21.

DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Cimesmi reserva-se ao direito de cancelar esta licitação por conveniência ou oportunidade administrativa no interesse da Administração, com fundamentação adequada pela autoridade máxima do órgão. Adicionalmente, esclarece que todos os quantitativos descritos neste Termo de Referência são estimativas para a implementação dos Laboratórios de Tecnologia Educacional e não geram obrigação de execução completa ou parcial. A decisão de implementação será tomada de acordo com as disponibilidades financeiras e orçamentárias do Cimesmi, seguindo os princípios da oportunidade, conveniência e interesse público.

DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES EDUCACIONAIS

A empresa contratada deverá entregar os equipamentos no local indicado, durante o horário de expediente das 8hs às 14hs, de segunda a sexta-feira, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

Os Softwares Educacionais devem ser entregues no endereço especificado, durante o horário de expediente das 8hs às 14hs, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 05



(cinco) dias corridos após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

A recepção do material será realizada por técnicos designados pela Contratante CIMESMI.

A aceitação dos itens entregues ocorrerá mediante a verificação da conformidade com o processo licitatório.

Consolação/MG, 07 de maio de 2024.

RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

ELABORADOR DO TERMO DE REFERÊNCIA
Valmir Gutierrez de Almeida Marques